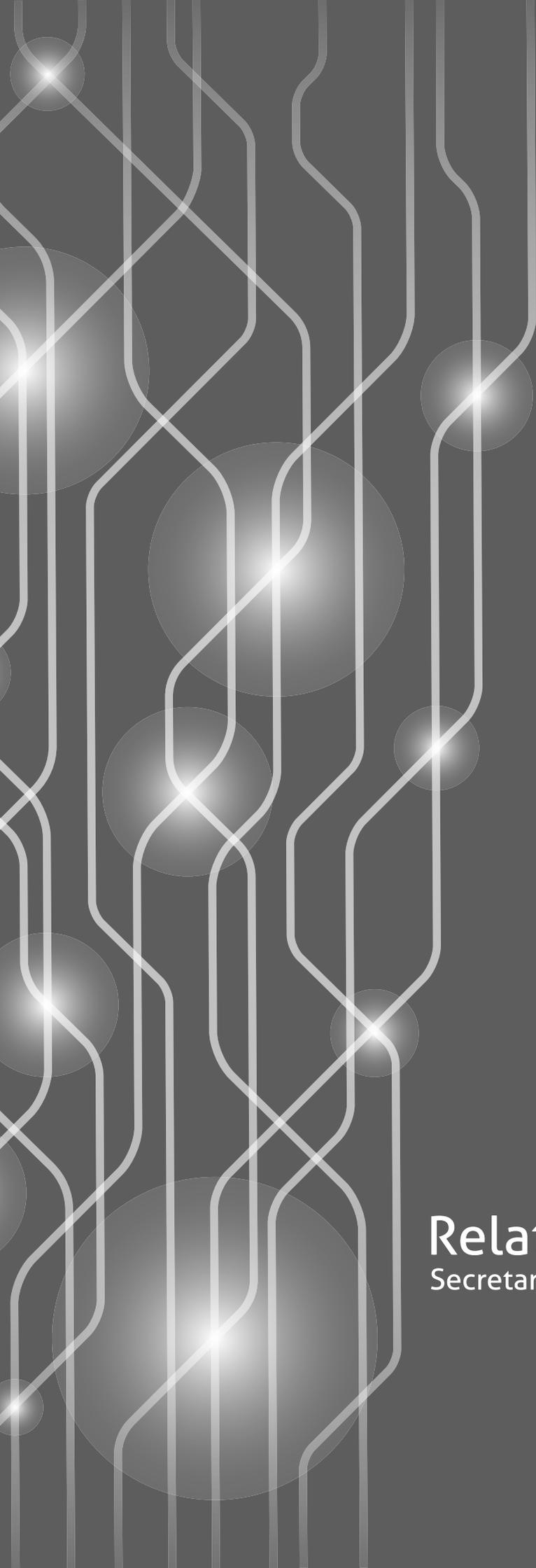


The background features a complex pattern of white, glowing lines that resemble circuitry or data paths. These lines are set against a dark blue background with a subtle grid of small white dots. Several circular elements, some solid and some glowing, are scattered throughout the design, adding a sense of depth and movement.

Relatório de Gestão - 2015

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Gestão - 2015

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Quem é Quem

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretária: Leany Lemos

Telefones: (61) 3966-6102 e (61) 3966-6103

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento:

Renato Jorge Brown Ribeiro

Telefones: (61) 3966-6102 e (61) 3966-6103

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa:

Alexandre Ribeiro Pereira Lopes

Telefones: (61) 3313-8119

Secretário Adjunto de Gestão da Estratégia:

Nelson Gomes dos Santos Filho

Telefones: (61) 3966-6102 e (61) 3966-6103

Chefe de Gabinete:

Juliana Amorim de Souza

Telefones: (61) 3966-6102 e (61) 3966-6103 e
(61) 3966-6112

Subsecretária de Administração Geral:

Luciana Cristina Aguiar de Carvalho

Telefones: (61) 3966-6312 e (61) 3966-6240

Subsecretária de Gestão de Programas,

Processos e Projetos Estratégicos:

Soraia Ofugi Rodrigues

Telefone: (61) 3248-7747 e (61) 3248-6045

Subsecretário de Captação de Recursos:

José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior

Telefone: (61) 3966-6313

Subsecretário de Orçamento Público:

Caio Abbott

Telefones: (61) 3966-6151 e (61) 3966-6383

Subsecretário de Licitações:

José Eduardo Couto Ribeiro

Telefone: (61) 3313-8160 e (61) 3313-8171

Subsecretário de Tecnologia da Informação e
Comunicação:

João Pinheiro da Silveira Neto

Telefones: (61) 3313-8158

Subsecretária de Gestão de Pessoas:

Ledamar Souza Resende

Telefones: (61) 3313-8107 e (61) 3313-8404

Subsecretário de Gestão de Contratos Corporativos:

Hamilton Ruggieri Ribeiro

Telefones: (61) 3313-8429 e (61) 3313-8191

Subsecretária de Segurança e Saúde no Trabalho:

Luciane Kozicz Reis Araújo

Telefones: (61) 3347-5092

Subsecretária de Planejamento:

Joseilda Mendes de Mello

Telefones: (61) 3966-6377 e (61) 3966-6149

INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Gestão da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) é um instrumento que reúne os principais resultados alcançados pela secretaria em 2015. O objetivo deste documento é oferecer uma visão sistematizada do desempenho da Seplag ao longo desse ano, em consonância com todas as subsecretarias e demais unidades ligadas a ela. O relatório busca, ainda, propiciar à sociedade e aos demais órgãos de controle interno e externo a possibilidade de uma avaliação geral das atividades de gestão da pasta.

Esse documento busca refletir, portanto, os feitos da gestão em dois momentos. De janeiro a outubro, quando a Seplag contava com seis subsecretarias, e após outubro, quando foi unida à Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização (Segad) e passou a ter dez subsecretarias.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, no dia 23 de outubro de 2015, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), referente à reforma administrativa do governo de Brasília, as 24 secretarias do DF foram reduzidas para 17, sendo que 11 delas se uniram em cinco secretarias. Com esse marco normativo, as atribuições da Segad foram incorporadas pela Seplag.

A secretaria se manteve com a mesma nomenclatura e absorveu todas as competências da Segad, sem deixar de lado a função de órgão central de planejamento do governo, além do estudo e monitoramento das políticas públicas governamentais e a gestão estratégica e de projetos. Ela também é responsável por orientar e coordenar todo o processo de elaboração e acompanhamento do planejamento anual, plurianual e da execução orçamentária do governo.

A Seplag também coordena e articula ações para subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação de programas e projetos voltados para resultados e para o cumprimento das metas estratégicas definidas pelo governo. Com a reestruturação, a Seplag absorveu as áreas de logística, tecnologia da informação, contratos e compras (licitações). O quadro de pessoal, os acervos patrimonial, documental e processual, o almoxarifado e os recursos orçamentários e financeiros da Segad também foram transferidos para a Seplag.

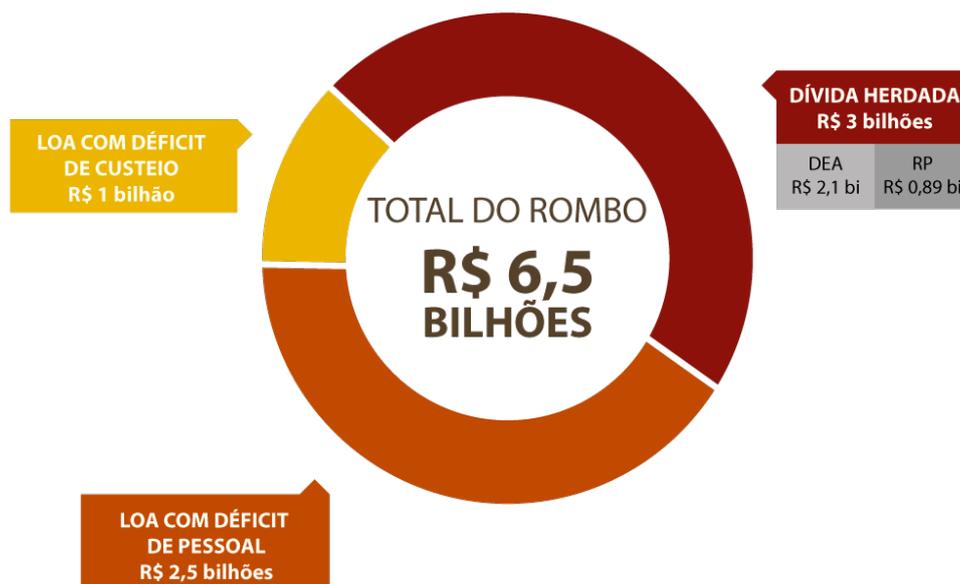
Antes das mudanças, a Seplag já era responsável pelo relacionamento do governo de Brasília com o Terceiro Setor e detinha relação de vinculação com a Companhia de Planejamento do Planalto Central (Codeplan) e com o Conselho de Gestão das Organizações Sociais. Após a fusão, também ficaram vinculados à Seplag: o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev); o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS); o Conselho de Saúde e Segurança do Trabalho; o Conselho de Melhoria da Gestão Pública; e as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção. Também cabe à Seplag a gestão do Fundo de Melhoria da Gestão Pública (Pró-Gestão).

Foi transferida para a Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (Segeth) a estrutura, o acervo documental e as respectivas competências regimentais do Escritório de Projetos da Subsecretaria de Gestão da Estratégia, da Seplag. Também foram remanejados para a Segeth os cargos em comissão a ele vinculados.

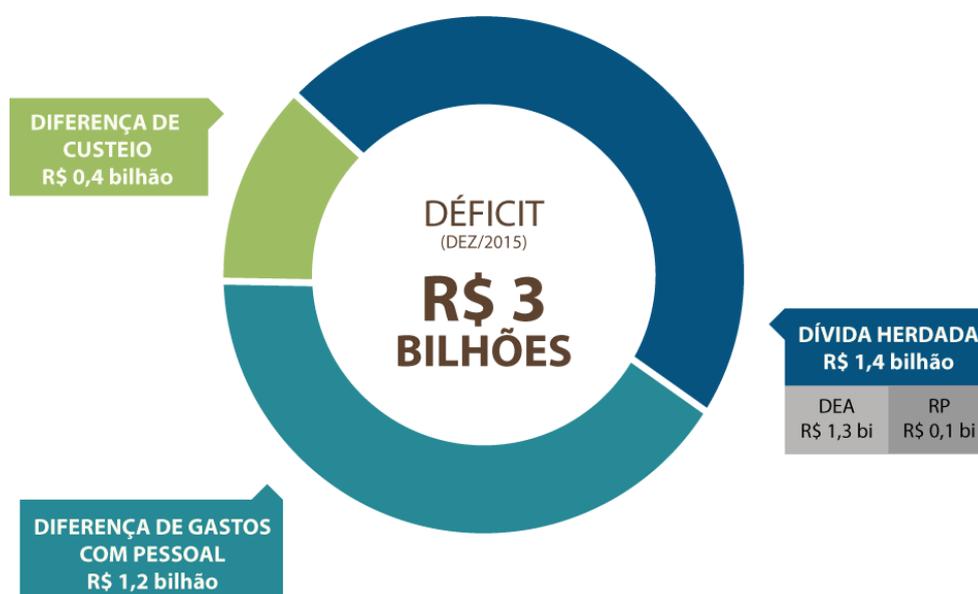
As informações a seguir relatam o trabalho das subsecretarias da Seplag no primeiro ano de governo. Para a construção do relatório de gestão, foram selecionadas as principais atividades de cada setor – unidades e subsecretarias.

Ano de ajuste fiscal

O início de 2015 foi de trabalho exaustivo, e busca por soluções criativas, tendo em vista a situação de desequilíbrio econômico e financeiro encontrada pela atual gestão. Foi preciso fazer ajustes e tomar medidas saneadoras para manter os serviços em funcionamento. Afinal, o governo encontrou Dívidas de Exercícios Anteriores (DEAs) e Restos a Pagar (Rps), cujo montante de recursos a administração pública não dispunha para pagamento. O rombo financeiro foi confirmado em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do DF, que verificou a assunção de dívidas pelo governo anterior, superiores à capacidade de pagamento do estado. Por se tratar do último ano de um mandato eletivo, a situação encontrada pode ser caracterizada como crime de responsabilidade, haja vista que é uma infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (normas financeiras).



Havia cerca de R\$ 3 bilhões de dívidas herdadas – Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs) e Restos a pagar (RPs). Desse montante, R\$ 2,1 bilhões eram referentes a DEAs e R\$ 890 milhões a RPs. Os valores incluem as dívidas com prestadores de serviços e servidores. Até dezembro de 2015, já foi pago pouco mais de R\$ 1,91 bilhão, incluindo DEAs e RPs de fornecedores e de pessoal. O rombo financeiro e orçamentário soma, portanto, aproximadamente R\$ 6,5 bilhões.



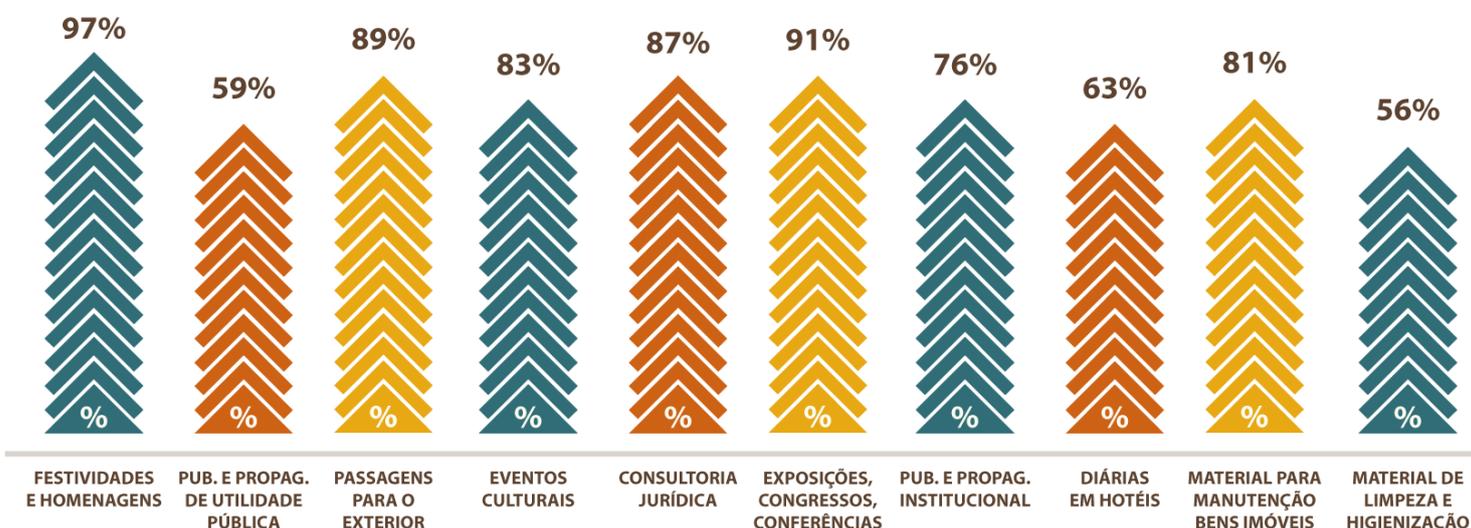
Dos R\$ 3 bilhões de dívida herdada da gestão anterior, o governo de Brasília já pagou R\$ 1.912.748.023,23, dos quais R\$ 1.339.977.249,24 referem-se às Despesas de Exercícios Anteriores, conhecidas como DEAs, e R\$ 572.770.773,99, relativos a Restos a Pagar (RP). Esse pagamento é fruto de grande esforço de austeridade da atual gestão, como reprogramação orçamentária, cortes de despesas com custeio e pessoal e frenagem de outras despesas públicas.

Até dezembro de 2015, o governo conseguiu quitar R\$ 387,51 milhões de DEAs e Restos a Pagar da saúde, R\$ 573,24 milhões da educação e R\$ 178,75 milhões de obras e instalações. No caso das secretarias de saúde e educação, os valores pagos incluem despesas com pessoal, custeio e investimentos.

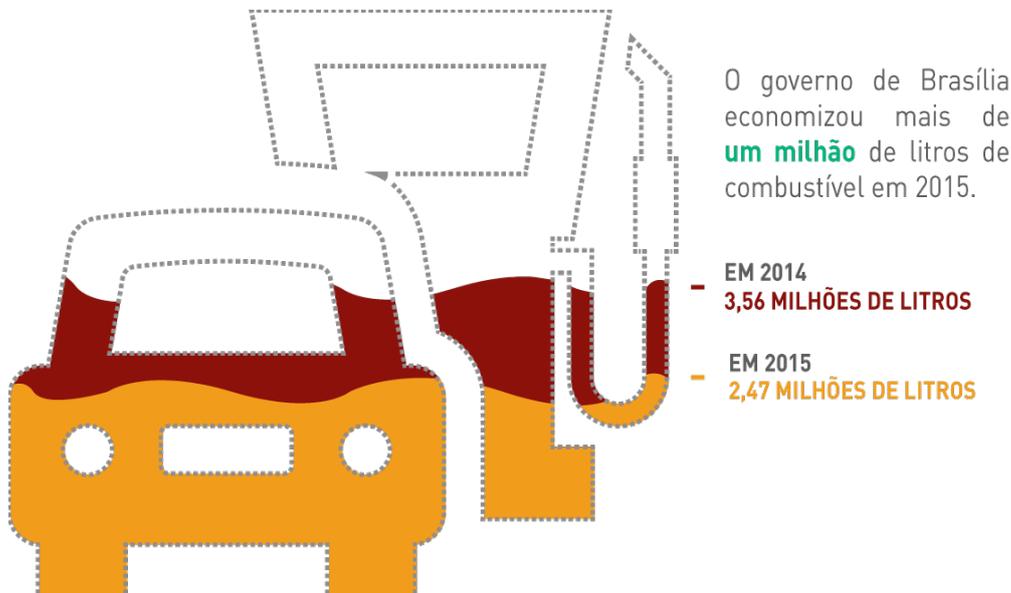
O maior valor pago até o momento pelo governo corresponde às dívidas com pessoal. Neste caso específico, já foram desembolsados, no decorrer deste ano, mais de R\$ 1,12 bilhão para quitação das dívidas herdadas. Esse total inclui os valores já mencionados acima da saúde e educação.

Com a adoção de medidas como a reprogramação orçamentária, por exemplo, obteve-se economia de R\$ 1.905.749.406,00. A ação foi conduzida pela Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF), coordenada pela Seplag, que promoveu análise técnica da redução de gastos gerenciáveis (não obrigatórios) das 25 maiores unidades orçamentárias da administração pública. O processo de reprogramação orçamentária começou no dia 6 de março de 2015, após o governador Rodrigo Rollemberg conclamar as secretarias a frearem seus gastos no decorrer do ano.

O governo de Brasília economizou ainda, no decorrer do ano, cerca de R\$ 1 bilhão. Deste valor, R\$ 500 milhões são referentes a cortes de despesas e outros R\$ 500 milhões que estavam previstos nas despesas e deixaram de ser gastos. Entre as despesas que sofreram forte contingenciamento em relação a 2014, estão gastos em festividades e homenagens com uma queda de 96,70%, 83,48% com eventos culturais, 88,97% em passagens para o exterior, 86,85% em gastos com consultoria jurídica, 76,11% em publicidade e propaganda institucional, entre muitos outros exemplos.

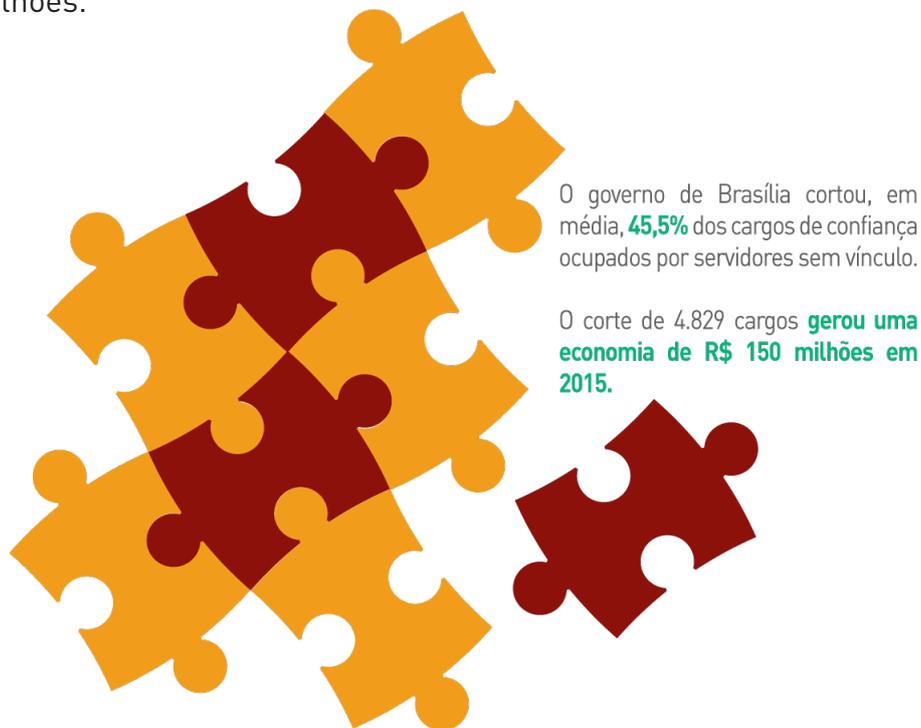


Vale destacar alguns exemplos, como a redução de aluguel de veículos, que já gerou uma economia de R\$ 7,3 milhões em 2015 – comparado ao mesmo período de 2014. Foi de R\$ 17,4 milhões em 2014 para um pouco mais de R\$ 10 milhões em 2015, uma queda de 42% em valor. Foram devolvidos um total de 701 veículos, entre eles 12 Azeras e 6 Fusions. Por ordem do governador, todas as autoridades passaram a utilizar carros populares para enxugar os gastos com a máquina pública. A queda no quantitativo foi de 55% - foi de 1.275 em setembro de 2014 para 574 em dezembro de 2015.



Com combustível o cenário não foi diferente. A redução do consumo de combustível em 2015 foi de R\$ 2,3 milhões em relação a 2014, sem contabilizar o aumento do preço do combustível. O consumo de combustível caiu em 1,12 milhão de litros de combustível em relação a 2014, uma queda de 33%.

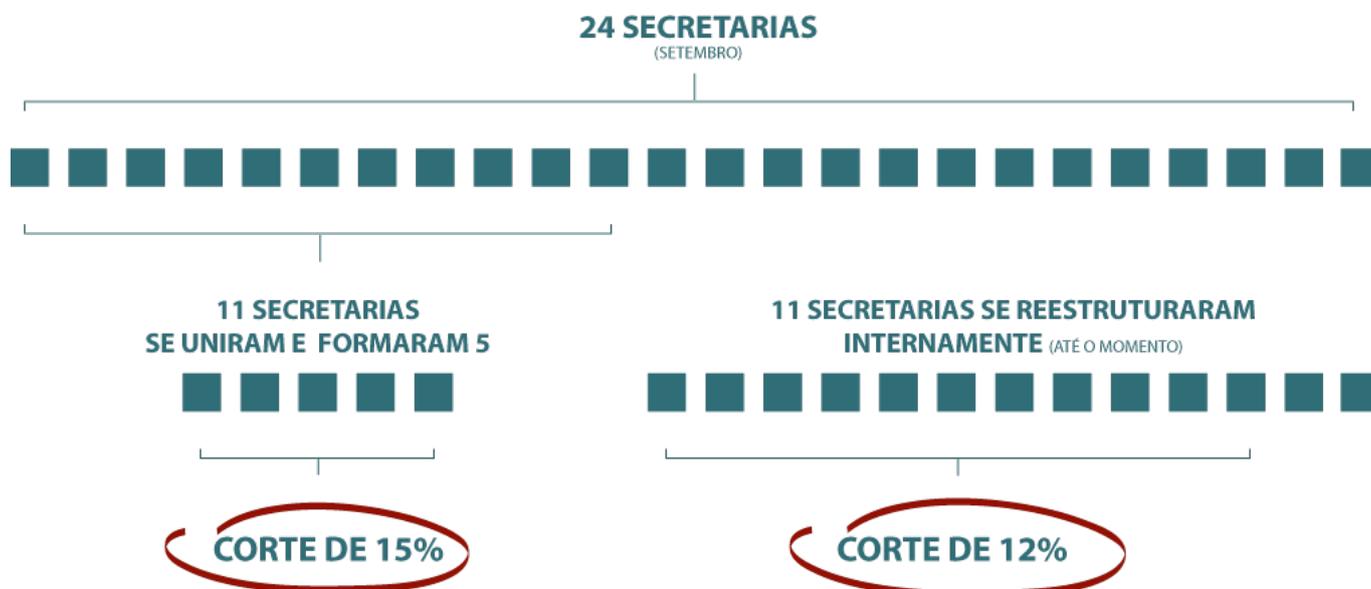
As despesas com aluguel de imóveis caiu em cerca de R\$ 1,9 milhão por mês. Uma das medidas adotadas foi a transferência para o Mané Garrincha das secretarias de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, de Desenvolvimento Humano e Social e do Esporte e Lazer, além de remanejar parte das secretarias dentro do próprio Anexo do Buriti. A economia anual será de quase R\$ 23 milhões.



O total de cargos de confiança ocupados por servidores sem concurso já foi reduzido em 45,5%: o quantitativo passou de 8.635 em setembro do ano passado (período utilizado como base na campanha eleitoral) para 4.703 em dezembro. A diferença de setembro de 2014 (mês marco da campanha do governador Rodrigo Rollemberg) para dezembro deste ano é de 4.829 cargos comissionados, com e sem vínculo. Ao todo a economia gerada aos cofres públicos até novembro foi de mais de R\$ 150 milhões.

Reestruturação

Em outubro, o governo de Brasília iniciou o processo de reestruturação das secretarias, como medida para conter gastos. A reforma iniciou a reestruturação das secretarias que se uniram, porque essas possuem uma margem maior para a redução de despesas, uma vez que as novas pastas têm áreas com funções correlatas, como as unidades de administração geral – conhecidas como UAGs – e as de assessoria jurídica e de comunicação. Até o momento, 16 órgãos publicaram suas reestruturações. O corte chega a 12%, o que significa R\$ 2,2 milhões de redução nos gastos com cargos comissionados.



Após reuniões e análises técnicas, ficou definida a redução de 24 secretarias para 17. A estratégia do governo de Brasília para atingir esse número sem o comprometimento dos serviços públicos essenciais – e, ao mesmo tempo, potencializar a sinergia entre as pastas e aumentar a eficiência na máquina pública – foi unir 11 secretarias, transformando-as em cinco. Uma delas tornou-se uma coordenação – a de Ciência e Tecnologia – e as estruturas das 12 restantes se mantiveram, embora mais enxutas, sempre com preocupação de não comprometer a prestação de serviços.

A reforma administrativa tem como prioridade atender à LRF, cujo limite máximo estipulado pela norma para gastos com pessoal – na esfera estadual, caso do DF – é de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL). Segundo o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), elaborado pela Secretaria de Fazenda, referente ao segundo quadrimestre deste ano, divulgado em 13 de setembro, os gastos com pessoal chegaram ao patamar de 50,8% da RCL.

A diminuição de gastos com pessoal pode ocorrer por meio da redução dos valores dos cargos comissionados, do corte de cargos ou funções de confiança ou da exoneração de comissionados sem vínculo com o Estado. Ou seja, há diferentes formas para se conseguir a redução pretendida.

Gestão e desburocratização

Uma das medidas tomadas ao longo do ano para pagar os salários dos servidores em dia foi a Lei Complementar nº 899/2015, que autorizou a movimentação de superávit do Fundo Previdenciário do Distrito Federal para manutenção do Fundo Financeiro que é deficitário. Na prática, não existe transferência de recursos (dinheiro) do Fundo para o Tesouro. O que ocorre são movimentações internas entre os dois Fundos Previdenciários.

O Fundo Previdenciário, que cobre 30.685 servidores ativos, 49 aposentados e 17 pensionistas, tinha R\$ 3,3 bilhões no orçamento, enquanto seriam necessários apenas R\$ 930 milhões para arcar com a aposentadoria de todos os inscritos. Com a aprovação da lei, o governo utilizou R\$ 1,2 bilhão para cobrir o déficit do Fundo Financeiro. O restante, cerca de R\$ 2,1 bi, continua na origem.

Com essa movimentação interna, o Executivo local deixou de gastar em 2015 cerca de R\$ 1,2 bilhões do Tesouro, montante repassado para cobrir o déficit do Fundo Financeiro. A folga gerada no caixa do governo de Brasília assegurou o pagamento em dia dos salários do funcionalismo até o fim do ano.

A diferença dos valores que deixa de ser depositada nos Fundos Previdenciários pelo governo será compensada com a transferência de imóveis para o Instituto. O Executivo local deve definir quais terrenos públicos ociosos poderão ser incorporados ao patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Iprev) para garantir o retorno do dinheiro ao fundo.

Cabe ressaltar que não existe nenhum risco em relação às movimentações previdenciárias, uma vez que elas são realizadas entre dois Fundos: O Fundo Financeiro do Iprev e o Fundo Capitalizado.

Há ainda medidas que tratam de desburocratização. O decreto nº 36.466, de 28 de abril de 2015, por exemplo, estabelece a simplificação de processos e procedimentos. Entre as ações para desburocratizar o governo, estão a dispensa de reconhecimento de firma e a autenticação de documento produzido no Distrito Federal, desde que assinado perante servidor público ou por ele autenticado.

O objetivo é melhorar a relação dos cidadãos, empresas e outras entidades organizadas com a estrutura administrativa do governo. Além de garantir agilidade dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente, ainda reduz custos.

A partir desse decreto, os órgãos e entidades da administração pública que detenham bases de dados com informações que atestem regularidade de situação de cidadãos ou empresas deverão colocá-las à disposição dos demais órgãos que tenham que requisitar certidões, atestados ou outras comprovações para o exercício de suas atribuições. Dessa forma, não será necessário percorrer diversos órgãos para apresentar o mesmo documento.

A medida já apresenta os primeiros resultados. Na Secretaria de Trabalho e do Empreendedorismo foi criado um grupo de trabalho para discutir métodos e práticas a fim de racionalizar suas ações e criar novos mecanismos que simplifiquem a gestão interna e o serviço prestado ao cidadão.

Para tanto, foi formado um grupo de trabalho, cuja composição é de 80% de servidores de carreira, os quais se reúnem quatro horas semanais. O objetivo é buscar iniciativas como a mudança no procedimento de comunicação interna, substituindo o uso do papel por um processo totalmente eletrônico, otimizando custos e o tempo da comunicação.

Além disso, o grupo visa criar a padronização do atendimento nas 19 agências do trabalhador que estão espalhadas por todo o Distrito Federal. Uma das medidas que vão simplificar a vida do cidadão é a validação de documentos.

Ao final, o grupo irá formular propostas para serem implementadas nas unidades de atendimento e internamente na própria secretaria com foco na otimização dos serviços e na qualidade de atendimento a sociedade.

Ajuste fiscal

Logo no início do ano, o governo buscou colocar em dia as dívidas com pagamentos de salários, décimo-terceiro e prestadores de serviço. Foi necessário realizar pagamentos parcelados, uma vez que não havia disponibilidade financeira no caixa.

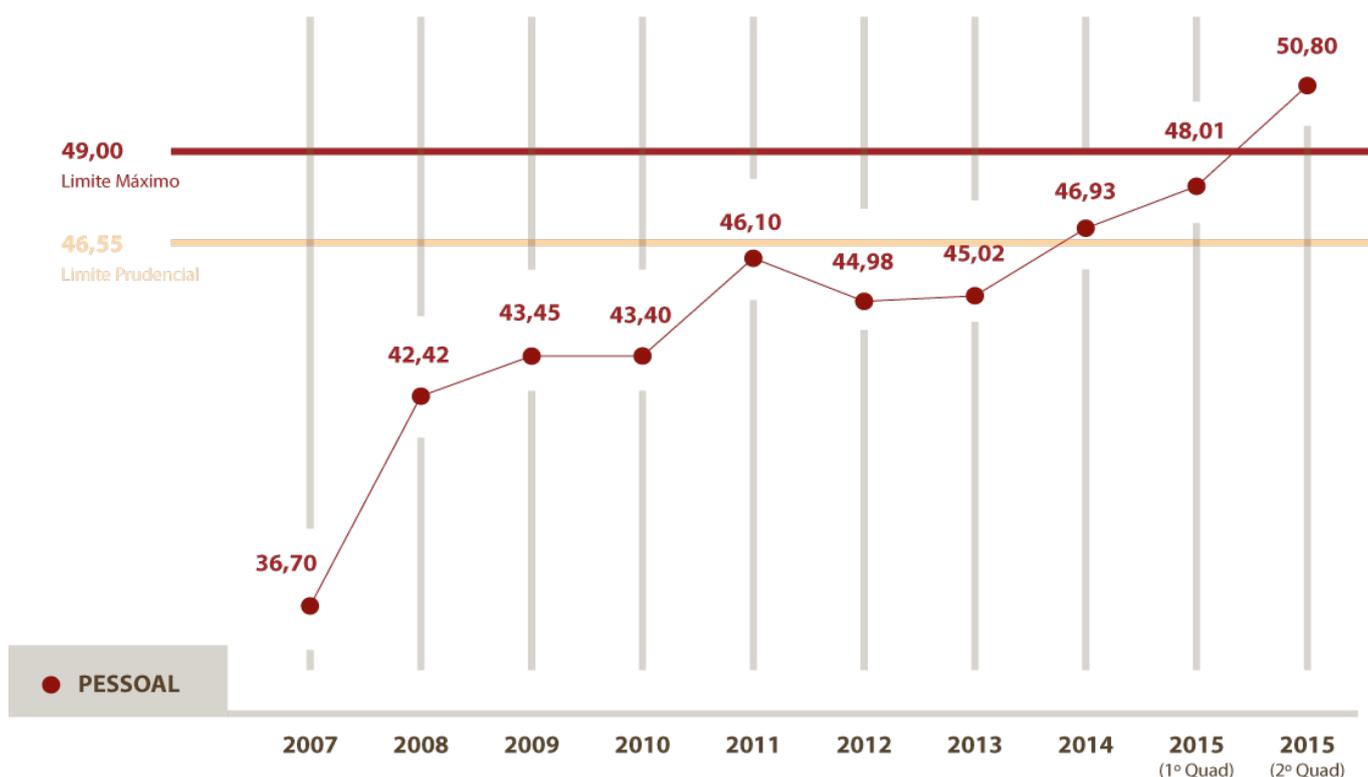
As dívidas de 2014 com servidores eram referentes às remunerações dos profissionais da saúde e educação, que deixaram de receber benefícios como férias, horas extras e acertos rescisórios. Para sanar o problema, o governo criou grupos de trabalhos, negociou com sindicalistas e determinou que a equipe econômica encontrasse alternativas para os pagamentos.

Inicialmente foi montado um cronograma de pagamento para cada um dos benefícios pendentes. Os parcelamentos estavam previstos para serem iniciados em janeiro, com término em junho. Porém, devido ao grande empenho da equipe econômica para encontrar alternativas de aumento de receitas, os débitos com os profissionais da saúde e educação foram quitados antes do prazo – ainda no mês de abril.

Ao todo, para a Secretaria de Educação, o governo pagou R\$ 178,5 milhões em férias atrasadas, 13º salário dos aniversariantes de dezembro, férias de professores temporários, acerto rescisório e acerto de contas de aposentados de dezembro de 2014. Já para a Secretaria de Saúde, foram quitados R\$ 146,1 milhões, que incluem atrasados de 13º, férias, licença-prêmio, indenização de transporte, horas-extras e acertos rescisórios. Para as duas pastas juntas foram desembolsados R\$ 324,6 milhões destinados à quitação de benefícios atrasados.

Além de pagar os atrasados de 2014, houve um esforço paralelo para não deixar as contas de 2015 em aberto. Com isso, o governo trabalha para reduzir o déficit orçamentário e financeiro e alcançar, nos próximos anos, o equilíbrio das contas públicas.

Evolução das despesas de pessoal:



The background features a complex pattern of white, glowing lines and circles on a blue gradient. The lines are vertical and wavy, resembling circuitry or data paths. The circles are semi-transparent and vary in size, some appearing as bright points of light. The overall aesthetic is modern and technological.

Resultado por Área - 2015

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE

O Gabinete da Seplag é formado pelas Unidades de Controle Interno, de Relacionamento com o Terceiro Setor e pela Ouvidoria, além das Assessorias Jurídico-Legislativo e de Comunicação.

Criada pelo Decreto nº 32.752/2011, a Unidade de Controle Interno (UCI) atua com o órgão de assessoramento, controle e fiscalização, diretamente subordinada administrativamente à Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão. As ações executadas pela UCI, no ano de 2015, tiveram como foco contribuir para a antecipação de riscos e correção de falhas; aprimoramento de procedimentos; orientação aos gestores quanto à utilização e prestação de contas de recursos; acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle externo – TCDF, TCU, CGDF, MPDFT, PGDF; assessoramento dos gestores quanto ao cumprimento de normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de aposentadorias e pensões. Neste ano, foram realizados doze acompanhamentos de processos de tomada de contas anual (TCA); quatorze acompanhamentos de Tomada de Contas Especial (TCE); 39 ações relacionadas ao Plano Anual de Atividades (PAACI). Além disso, foram analisados 62 processos e cumpridas 30 solicitações da Controladoria e 122 determinações do TCDF.

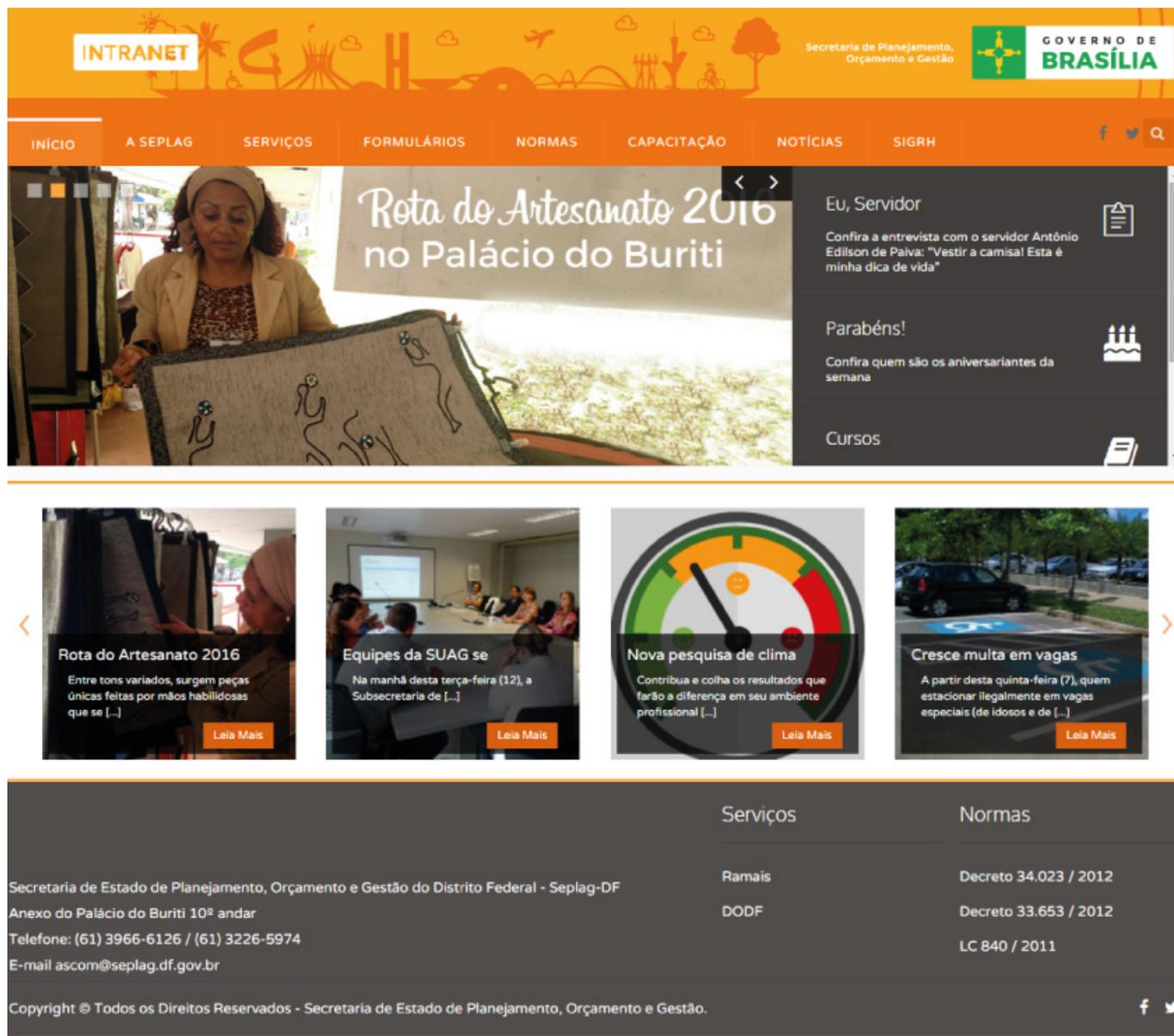
Em 2015, a Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor (URTS) analisou a documentação de diversas entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social (OS), principalmente em decorrência da demanda do governo de Brasília para a utilização dessa forma de gestão na área de Saúde. Atualmente, a URTS conta com 27 processos de qualificação como OS em análise e com um processo para qualificação como OSCIP em trâmite na Casa Civil.

Durante o ano, a URTS promoveu a renovação de qualificação do Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, na área da saúde, em julho de 2015, e do Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação – IBTI, na área de Ciência e Tecnologia, em dezembro. Também concluiu, no final do ano, o processo de qualificação do Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública – GAMP e do Instituto Santa Marta de Educação E Saúde – ISMES, ambos para atuação na área de saúde. Todas essas instituições tiveram seus pedidos renovados ou deferidos para qualificação como Organizações Sociais.

A Ouvidoria da Seplag atendeu 419 manifestações neste ano. Desse total, 345 eram pertinentes à secretaria e as demais foram consideradas não pertinentes. A média de atendimentos foi de 34 manifestações/mês. Um total de 395 demandas foram finalizadas dentro do exercício. As 24 restantes contam com análise em andamento, das quais 14 chegaram pelo Sistema TAG e dez pelo Sistema e-SIC. Esses 6% aguardam retorno das áreas. Vale destacar que, do total, apenas seis demandantes entenderam que as informações prestadas não atenderam a contento os questionamentos, tendo recorrido à primeira instância. Apenas três desses recorreram à segunda instância.

O ano de 2015 foi de expansão das atividades da Assessoria de Comunicação, que até março atuava apenas no atendimento à imprensa. Naquele mês, a Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão ganhou um perfil na rede social mais popular entre os brasileiros, o Facebook. O objetivo da atuação da Seplag nesse ambiente é comunicar-se com o usuário de forma interativa, especialmente nestes tempos em que a circulação dos jornais cai em todo o país.

Além disso, a Seplag ganhou uma intranet, para comunicação interna com os servidores, cuja versão foi atualizada para um leiaute mais moderno em novembro deste ano. Ainda sobre comunicação interna, uma campanha de engajamento e unificação dos servidores – Venha mudar com a gente – foi desenvolvida em 2015, mas, tendo em vista a unificação da Seplag com a Segad, optou-se por “colocar a campanha na rua” em 2016. A Ascom atuou ainda na pesquisa de clima organizacional e no projeto Bate-papo com a Secretária.



A Ascom também se encarregou de unificar os sites da Seplag e da Segad, reunindo os conteúdos em uma única plataforma. A assessoria também atuou no apoio a eventos. Destaque para o V Fórum de Governadores do Brasil Central e para os quatro encontros do Voz Ativa no Planejamento.



Por fim, registre-se que a Ascom atendeu, até 23 de dezembro, 788 demandas, entre solicitações da imprensa e pedidos de interação social.

Governança

A Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF) foi criada em 2 de janeiro de 2015, pelo Decreto nº 36.240. Sua principal finalidade é garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro no âmbito do poder Executivo do Distrito Federal.

A Governança-DF é formada pelos titulares das Secretarias de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; de Fazenda; da Casa Civil; além da procuradora-geral do Distrito Federal. A coordenação do grupo é feita pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diante da situação de desequilíbrio, encontrada pela atual gestão em janeiro de 2015, e do imenso déficit orçamentário e financeiro repassado para o exercício daquele ano, a Governança tem desempenhado importante papel de levantar a situação real das contas públicas e iniciar o ajuste necessário para honrar os compromissos do Governo.

Para tanto, foram instaladas: a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF); a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal das Empresas Públicas (Governança -EP); o Comitê de Governança de Pessoal (CGP); e a Comissão Temática de Qualidade do Gasto (CQG).

Entre as medidas que visam à redução do custo da máquina pública distrital, de modo a garantir o funcionamento contínuo dos serviços públicos prestados, tem-se a edição dos Decretos nº 36.246/2015, 36.471/2015 e 36.757/2015. Também neste sentido, foi realizado minucioso trabalho de contenção de despesas, por meio da reprogramação orçamentária, realizada juntamente com as unidades administrativas.

Com o objetivo de assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi instituído o Decreto nº 36.755/2015, o qual determinou o registro contábil das despesas oriundas de exercícios anteriores como dívida fundada e estabeleceu prazo e procedimentos para o pagamento da dívida.

Com isso, foi possível regularizar a situação de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão de dívida herdada da gestão anterior, deixada sem lastro financeiro. Além disso, boa parte do montante também foi deixada sem lastro orçamentário. Foram pagos, em 2015, R\$ 572,8 milhões de restos a pagar e R\$ 1,04 bilhão de despesas de exercícios anteriores, devendo o restante ser pago até o fim da gestão.

Com parte da dívida saldada e com os ajustes feitos, foi possível sair de um cenário de R\$ 6,5 bilhões de déficit orçamentário para um de R\$ 3 bilhões, mantendo os serviços funcionando e investindo em obras indispensáveis ao incremento da economia local.

Vale ressaltar, além disso, o cotidiano trabalho educativo que tanto os membros da Câmara de Governança como sua equipe de apoio têm desenvolvido, no sentido de conscientizar o complexo administrativo do cenário financeiro pelo qual passa o Governo.

Criação da Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia (Sage)

O Decreto Nº 36.825, de 22 de Outubro de 2015, alterou a estrutura da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag). Com a mudança, a parte de gestão estratégica passou a ser desenvolvida pela Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia (Sage). A unidade absorveu as atribuições da Sugest, ganhou uma unidade de inteligência e ficou vinculada à estrutura do gabinete da Secretaria. (ver Sugest: página 30)

SUBSECRETARIAS

Subsecretaria de Administração Geral (Suag)

A primeira ação de destaque promovida pela Subsecretaria de Administração Geral (Suag) em 2015 foi a pesquisa de clima organizacional, realizada em parceria com a Assessoria de Comunicação. A finalidade da iniciativa foi avaliar o grau de satisfação dos colaboradores em relação à Seplag. Com esse formato, a manifestação das opiniões foi feita com a garantia de anonimato. A pesquisa também foi uma oportunidade de criar mais um canal de comunicação direta entre os colaboradores e a alta gestão.

Outra ação realizada pela Suag foi o Mapeamento do Perfil Profissiográfico dos servidores com a intenção de identificar quem são os profissionais que compõem a força de trabalho da Seplag de forma integral. Em face da incorporação da antiga Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização (Segad) à Seplag, a meta é realizar 50% desse mapeamento até dezembro de 2016, possibilitando a mobilidade dos servidores para as áreas onde tiver mais competência e habilidades no trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade.

As ações básicas para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na administração direta e indireta também foi uma realização da Suag. O projeto visa implantar uma solução corporativa para a gestão de documentos e processos de forma integrada, com o objetivo de modernizar e simplificar esse processo e promover a racionalização do uso de recursos públicos.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) também é outro objetivo a ser alcançado pela atual gestão. Esse sistema visa a otimização e a modernização da gestão documental do governo de Brasília. O novo sistema vem para transformar documentos e processos físicos em eletrônicos. Ganhar tempo, diminuir custos, reduzir papel e aumentar a transparência: esse é o objetivo do SEI que vem para descomplicar a vida dos servidores e dos brasilienses. Em breve, processos e documentos do governo de Brasília serão eletrônicos.

O piloto deste projeto começou a ser implantado inicialmente no Corpo de Bombeiros, na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, no Arquivo Público do DF e na Central de Aprovação de Projetos (CAP) da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (Segeth). A implantação do SEI se dará de maneira escalonada, porque não se trata simplesmente de instalar um software. Há um intenso e detalhado trabalho de parametrização dos processos e das estruturas administrativas a ser realizado.

O SEI é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi disponibilizado gratuitamente para instituições públicas. Na Receita Federal, por exemplo, a economia com a implantação de sistema similar foi de R\$ 200 milhões/ano. O tempo de tramitação dos processos diminuiu 40%. No Poder Judiciário, os processos tiveram sua tramitação reduzida em até 80%.

Um dos motivos para a agilidade na tramitação é a possibilidade de atuação simultânea sobre os processos. A ferramenta permite a produção, edição, assinatura de documentos e trâmite de processos eletrônicos dentro do próprio sistema.

Além do ganho de tempo com a desburocratização de processos, o governo ainda economizará com diversos itens de material de expediente, insumos e transporte.

A preparação para a ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal também fez parte do escopo de ações da Suag, em 2015. A subsecretaria realizou o mapeamento da situação das unidades de protocolo e arquivo das secretarias que irão para o local. Ela propôs, ainda, o cenário ideal de ocupação, centralização e descentralização das atividades de protocolo e do tratamento, gestão e preservação dos documentos e da informação institucional.

Outra ação de destaque de atuação da Suag, em 2015, foi os esforços da subsecretaria, em parceria com a Secretaria de Fazenda do DF, na quitação da Dívida de Exercícios Anteriores, no total de R\$ 87.120.699,00

Subsecretaria de Planejamento (Suplan)

A principal atividade executada pela Subsecretaria de Planejamento (Suplan) este ano foi a construção do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, elaborado em parceria com as unidades orçamentárias do governo de Brasília. O documento foi feito com base no Plano Estratégico do governo, que traz ações distribuídas em três macro-objetivos: aumento da qualidade de vida da população com redução da desigualdade social; conquistar a confiança da população; e tornar a Capital Federal modelo de cidade sustentável.

Foram elaborados 13 programas temáticos para o quadriênio 2016-2019, dentro dos temas Viver Bem, Direito de Todos; Economia mais Competitiva, Território Planejado e Estruturado, Todos por Brasília e Governo Ético, Transparente e com Foco em Resultados. As ações previstas no Plano Plurianual refletem as políticas públicas apresentadas à população como compromissos do atual governo.

Outra ação realizada pela Suplan foi a avaliação do PPA relativo ao quadriênio 2012-2015. A conclusão da medida apontou a necessidade de revisão das políticas públicas por parte dos gestores para aprimorar suas ações com foco no que realmente é prioridade para atendimento das expectativas da população do Distrito Federal.

O acompanhamento físico-financeiro das ações governamentais foi mais uma atividade da subsecretaria no exercício de 2015. Os programas e ações orçamentárias estabelecidos no Plano Plurianual por meio do Sistema de Avaliação de Acompanhamento Governamental (SAG), sistema informatizado implantado no Distrito Federal. O acompanhamento é feito bimestralmente em todas as unidades orçamentárias do DF.

Além das ações acima citadas, a Suplan também desenvolveu a Prestação Anual de Contas do Governador com ênfase nas realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício, principalmente no que diz respeito à gestão dos recursos públicos.

Em 2015, a principal atividade executada pela Subsecretaria de Planejamento (Suplan) foi a construção do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, elaborado em parceria com as unidades orçamentárias do governo de Brasília. O documento foi feito com base no Plano Estratégico do governo, que traz ações distribuídas em três macro-objetivos: aumento da qualidade de vida da população com redução da desigualdade social; conquistar a confiança da população; e tornar a Capital Federal modelo de cidade sustentável.

Foram elaborados 13 programas temáticos para o quadriênio 2016-2019, dentro dos temas Viver Bem, Direito de Todos; Economia mais Competitiva, Território Planejado e Estruturado, Todos por Brasília e Governo Ético, Transparente e com Foco em Resultados. As ações previstas no Plano Plurianual refletem as políticas públicas apresentadas à população como compromissos do atual governo.

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo que norteia políticas e torna mais eficiente a aplicação das verbas públicas, de acordo com o orçamento disponível, sem comprometer as finanças do Estado. O documento define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública local para um período de quatro anos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que, para a elaboração do PPA, seja feita, pelo menos, uma audiência pública. Com o propósito de ouvir todas as regiões administrativas do Distrito Federal e construir o Plano Plurianual 2016-2019 com ampla cooperação da sociedade, o governo de Brasília aumentou a participação popular por meio do projeto Voz Ativa do Planejamento. Com a iniciativa, foram promovidas quatro audiências públicas, que resultaram em 770 colaborações da sociedade, todas ouvidas e avaliadas, e que serviram de base para a construção do PPA.

Nas audiências públicas, as sugestões da população puderam ser feitas de forma oral, limitadas em 60 inscrições por ordem de chegada. A participação na forma escrita não teve limite de participação. O registro também pôde ser feito por meio de formulário eletrônico, disponível no site da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão até o final de agosto.



O primeiro encontro da Voz Ativa do Planejamento aconteceu em Samambaia, no dia 23 de julho, com a participação de moradores da região administrativa e, também, de Taguatinga, Ceilândia, Vicente Pires, Águas Claras e Brazlândia. O segundo foi em Sobradinho II, no dia 13 de agosto. Dessa vez, o evento reuniu moradores de lá e, ainda, da Fercal, de Planaltina, do Itapoã, do Paranoá e dos condomínios da região norte de Brasília.

A terceira edição foi no Gama, dia 18 de agosto, com a presença dos moradores da RA anfitriã, do Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Santa Maria. O quarto encontro - e último - aconteceu no dia 8 de setembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Dessa vez, o Voz Ativa do Planejamento reuniu moradores do Plano Piloto, Candangolândia, Cruzeiro, Estrutural, Guará, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Octogonal, Park Way, São Sebastião, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Sudoeste e Varjão. No total, quase 2 mil pessoas participaram das quatro audiências públicas referentes ao projeto Voz Ativa do Planejamento

Outras ações:

Outra ação realizada pela Suplan foi a avaliação do PPA relativo ao quadriênio 2012-2015. A conclusão da medida apontou a necessidade de revisão das políticas públicas por parte dos gestores para aprimorar suas ações com foco no que realmente é prioridade para atendimento das expectativas da população do Distrito Federal.

O acompanhamento físico-financeiro das ações governamentais foi mais uma atividade da subsecretaria no exercício de 2015. Os programas e ações orçamentárias estabelecidos no Plano Plurianual por meio do Sistema de Avaliação de Acompanhamento Governamental (SAG), sistema informatizado implantado no Distrito Federal. O acompanhamento é feito bimestralmente em todas as unidades orçamentárias do DF.

Além das ações acima citadas, a Suplan também desenvolveu a Prestação Anual de Contas do Governador com ênfase nas realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício, principalmente no que diz respeito à gestão dos recursos públicos.

Subsecretaria de Programas, Projetos e Processos Estratégicos (Suppe)

Entre as principais atividades realizadas pela Subsecretaria de Programas, Projetos e Processos Estratégicos (Suppe), destaque para o projeto de Gestão de Riscos, nos primeiros 120 dias de governo. Esse novo modelo foi implementado para que não houvesse a interrupção dos serviços essenciais à população.

Operação e Mobilidade 1º Semestre 2015 Gestão da Estratégia Governança

MichaelLevy PAINEL ADM SARR

GESTÃO DF
Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF

Gestão da Estratégia Painel de Indicadores Governança Operação e Mobilidade 1º Semestre 2015

GESTÃO DF
Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF

Todos os direitos Reservados ©
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
Anexo do Palácio do Buriti 10º andar - CEP: 70075-900
2015 Governo do Distrito Federal

SUGEST Subsecretaria de Gestão da Estratégia
SUPPE Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos

Foram mapeados 62 riscos, monitorados pela equipe da Suppe e que se tornaram objetos de reuniões coordenadas pelo Governador. Desse total de riscos mapeados, 31 foram mitigados ao final do período e, os demais, passaram a ser acompanhados pelos órgãos responsáveis.

Outro projeto de destaque foi o novo Modelo de Gestão para Resultados. A Suppe ficou como responsável dessa iniciativa, com a realização de capacitações para dirigentes de órgãos, assessores e servidores, além de subsidiar o desenvolvimento de ferramenta específica - para acompanhamento das ações prioritárias durante o ano de 2015. Para o próximo período (2016-2018), foi elaborado o aprimoramento da ferramenta a ser utilizada na gestão de programas e projetos.

Também se destaca entre as ações da subsecretaria a consolidação da carteira de Programas e Projetos Estratégicos 2016-2019. Para a realização da ação, foram promovidas reuniões com os diversos órgãos de governo, com validação dos respectivos dirigentes. Para essas atividades, foi utilizado o Programa de Governo, construído a partir de diálogo com a sociedade e partidos, além da opinião de especialistas. No total, foram identificados 219 projetos, dos quais 40 foram priorizados pelo Governador com foco em beneficiar a população – Projetos Estrela.

Subsecretaria de Captação de Recursos (Sucap)

O ano de 2015 começou com a contratação, com o Banco do Brasil, de R\$ 500 milhões captados para financiamento de obras de infraestrutura. Captou-se ainda R\$ 67 milhões para a realização de obras de infraestrutura, as quais integram o Programa Minha Casa Minha Vida, no Riacho Fundo II. Desse montante, pouco mais da metade foi desembolsado até o final de 2015. O ritmo do restante depende do cenário macroeconômico.

Além disso, conseguiu-se assinar, com o Ministério das Cidades, contratos de PAC OGU - que permitirão a expansão do metrô para a Asa Norte. São R\$ 77 milhões captados com o Governo Federal a fundo perdido. Além disso, há R\$ 26 milhões em recursos a serem aportados em projetos do VLT. Entre as obras, está prevista a ligação da Estação Asa Sul (próxima à hípica) ao terminal da Asa Norte (a ser construído).

Outras operações ainda estão sendo negociadas com o Governo Federal, sendo compostos de recursos nacionais (OGU e financiamentos): Expresso DF - Eixo Norte - no valor de R\$ 1.174,7 milhões, sendo repasse OGU R\$ 798,7 milhões e R\$ 376 milhões financiados; aquisição de 10 trens para o Metrô (R\$ 231,6 milhões) e a conclusão das estações 104, 106 e 110 da Asa Sul (R\$ 79 milhões); e pavimentação de vias no Pôr do Sol – no valor de R\$ 73,8 milhões. Essas operações estão aguardando a conclusão de documentações por parte do agente financeiro (Caixa Econômica Federal).

Além dessas, estão em andamento duas operações com recursos internacionais: Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF – Brasília Sustentável II (aproximadamente R\$ 600 milhões), sendo US\$ 100 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida local de US\$ 50 milhões. Este programa prevê a ampliação e a modernização das usinas de tratamento de esgoto, bem como a requalificação da compostagem dos rejeitos sólidos, alinhada à gestão eficiente do saneamento ambiental e também a urbanização de áreas na região do Pôr do Sol.

Em maio de 2015 foi realizada a última Missão de Orientação – BID e enviado o pedido de prorrogação da Recomendação Coefix. Em setembro foi confirmada a inclusão da operação junto ao Tesouro Nacional para obtenção da garantia da União, e, em outubro, foi apresentado o Programa ao Ministério Público em atendimento à orientação do BID. Atualmente encontra-se em discussão, para encaminhamento à CLDF, o Projeto de Lei de Reassentamento Involuntário.

A Sucap deu prosseguimento às ações para financiamento pelo BID do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (Profisco/Prodefaz). O programa envolve aproximadamente R\$ 146,8 milhões, sendo USD 32 milhões o ingresso BID e USD 4,74 milhões a contrapartida local. O Profisco/Prodefaz destina-se a realizar investimentos na gestão tributária e fiscal, contemplando a modernização dos instrumentos arrecadatórios, de modo a garantir o equilíbrio das contas públicas do governo local.

Entre outras as ações da Sucap, destaca-se também a parceria da subsecretaria com os órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal, na resolução efetiva das irregularidades registradas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, no Sistema Integrado de Administração Financeira - CAUC/SIAFI.

A finalidade da ação é manter a regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa do governo de Brasília, de forma a propiciar o aumento da capacidade de investimento, a intensificação do aporte de recursos e o resgate da idoneidade fiscal, por meio de contratações de operações de crédito, de transferências voluntárias com recursos da União e da formalização de novos convênios.

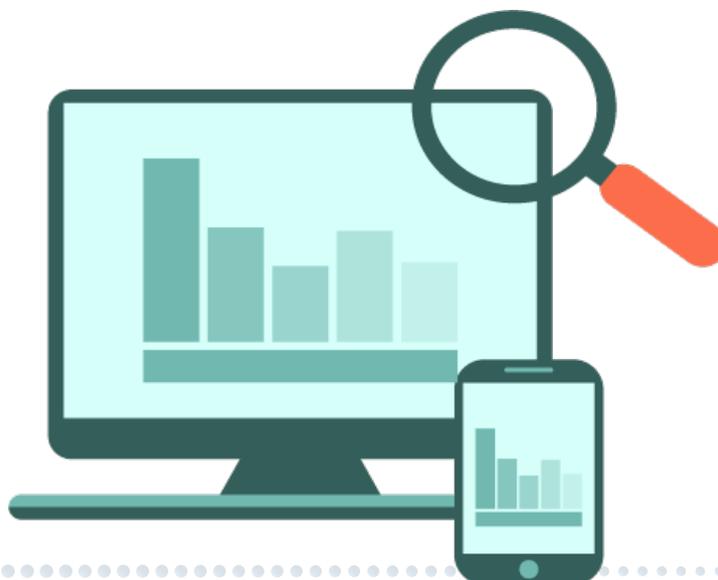
Os resultados adquiridos com a ação foram os Requisitos Fiscais do CAUC/SIAFI. Das 46 pendências incluídas, 43 foram regularizadas – o equivalente a 93,5%. Ressalta-se que a Administração Direta obteve 100% de adimplência e que as 03 pendências remanescentes referem-se a órgãos da Administração Indireta que estão com ações judiciais em curso. Já no Portal da Transparência, do Governo Federal, dos 43 convênios no status “aguardando prestação de contas”, 32 foram resolvidos com ações preventivas da subsecretaria impedindo a inscrição no CAUC/SIAFI - o que corresponde a 74%.

Outra ação de sucesso da Sucap foi o Relatório de Situação Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB). Dos 202 registros de pendência de débitos junto à RFB, 179 foram regularizadas pelos órgãos, o correspondente a 88,6%. Houve ainda a renovação de todas as Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, vinculadas ao CNPJ Principal do Distrito Federal, totalizando 105 certidões.

Quanto à atuação da Sucap na rede do portal de convênios do Governo Federal - SICONV, foi firmado um Termo de Cooperação entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Planejamento que permitiu a capacitação de mais de 1000 servidores do DF. Adicionalmente, a Sucap tem auxiliado as secretarias de estado quanto à operacionalização do SICONV, principalmente na inclusão de propostas, no pagamento por Ordem Bancária por Transferências Voluntárias - OBTV e na Prestação de Contas dos convênios e contratos de repasse.

Para finalizar, a subsecretaria fez a publicação de 100% dos atos designatórios dos representantes das Administrações Regionais e das Secretarias de Estado pertinentes ao CAUC/SIAFI e à Receita Federal do Brasil.

Subsecretaria de Orçamento Público (Suop)



Dentre as ações realizadas este ano pela Subsecretaria de Orçamento Público (Suop), destaque para o apoio à contenção de despesas no exercício de 2015, com liberações financeiras à razão de 40%, no 1º quadrimestre, e 30%, no 2º e 3º quadrimestres.

Como o atual governo de Brasília havia observado previamente à sua posse que as finanças para o ano de 2015 apresentariam sinais de descontrole, a contenção dos gastos tornou-se prioridade a fim de permitir a administração da máquina pública. Assim, diante da necessidade de honrar seus compromissos mais prementes, as possíveis medidas de contenção do gasto público foram adotadas, ainda que a um custo social expressivo.



O governo de Brasília reprogramou o orçamento de 2015 e reduziu a previsão de gastos do ano.

Com isso, conseguiu uma redução de R\$ 1,9 bilhão na previsão de gastos pelos órgãos

As medidas implementadas visaram garantir orçamento para todo o exercício e atingiram todos os segmentos relacionados ao Distrito Federal: pessoal, terceirizações, custeios e investimentos. A limitação de empenho e movimentação financeira é uma técnica necessária estabelecida pelo Art. 9º da Lei Complementar Nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. O objetivo é a manutenção do equilíbrio fiscal até o término do exercício financeiro, permitindo, assim, a execução das ações previamente planejadas.

Outro projeto da Suop foi a revisão das programações orçamentárias de todos os órgãos, visando a adequação da despesa para permitir o equilíbrio fiscal, no exercício. Durante os trabalhos de transição de governo, foi constatado que, na Lei Orçamentária Anual que seria aprovada pelo Poder Legislativo até 15 de dezembro de 2014, havia algumas despesas que ora estavam subestimadas, ora superestimadas, notadamente àquelas lançadas como projetos estruturantes.

Diante disso, para evitar a utilização intempestiva do volume de recursos em alguns casos e, também, atender as solicitações de reforço orçamentário, se fez necessário realizar a recomposição de todo o orçamento com cada unidade orçamentária envolvida.

Com o procedimento, foi possível atender as unidades orçamentárias, com a quantidade de recursos para o desenvolvimento das atividades, e aos fornecedores, ainda que com algum atraso, permitido em contrato e a recomposição da despesa de pessoal.

Também foi realizada a contabilização da despesa total do ano dentro do exercício e a regularização de Débitos de Exercícios Anteriores (DEAs) até 31 de dezembro de 2014 para evitar uma prática conhecida como “pedalada”. Isso acontece quando os pagamentos de janeiro, referentes a dezembro, são feitos com o orçamento do ano que se inicia.

Esta situação surgiu com a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCO), por meio da Lei Federal Nº 10.633/2002. A transferência de recursos da União para o pagamento das folhas de salários das áreas de educação e saúde a partir de então passou a ser efetuada até o quinto dia útil do mês seguinte, criando um descompasso. Pouco a pouco a escassez de recursos fez com que se adotasse o mesmo procedimento na parcela do Tesouro. A partir do procedimento contábil, a situação foi resolvida e garantirá o fim da “pedalada” nas próximas passagens de exercício financeiro.

Outra tarefa da Suop em 2015 foi a eliminação das DEAs pendentes de pagamento por vários anos (dívidas a reconhecer). Foi determinado o levantamento e registro contábil dos débitos dessa natureza, a fim de permitir o planejamento de sua liquidação, mesmo que de forma escalonada. Para tanto, estão sendo desenvolvidas ações conjuntas pela Seplag, pela Controladoria Geral, Secretaria de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Distrito Federal objetivando a depuração dos valores que compõem esse montante, de modo a evitar situações como: prazos prescricionais vencidos, duplicidades, despesas já pagas, débitos já registrados como precatórios, entre outros.

Para definição dos parâmetros e prazos, foi editado o Decreto Nº 36.755/2015, alterado pelo Decreto Nº 36.917/2015, fixando até o dia 04/12/2015 o prazo para o registro da dívida e, a partir do dia 1º de julho de 2016, o início da liquidação dos débitos registrados.

A Suop também trabalhou na elaboração e consolidação de Lei Orçamentária Anual Nº 5.601, de 30 de dezembro de 2015, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 5.514, de 3 de agosto de 2015. A unidade promoveu audiências públicas sobre as propostas e realizou treinamentos técnicos com as unidades orçamentárias envolvidas no processo de elaboração das normas. Além disso, a subsecretaria elaborou 522 portarias, 423 decretos e 26 projetos de lei relacionados a normas orçamentárias.

Subsecretaria de Contratos Corporativos (Sucorp)

O primeiro resultado da Sucorp refere-se à redução do consumo de combustível. Em 2015, a economia foi de R\$ 2,3 milhões em relação ao mesmo período de 2014, sem contabilizar o aumento do preço do combustível. O consumo caiu em 1,12 milhão de litros de combustível em relação ao ano passado, o equivalente a uma queda de 33%.

REDUÇÃO DE COMBUSTÍVEL		
PERÍODO	VALOR	LITROS
2014	R\$ 10.618.620,50	3.561.202,30
2015	R\$ 8.305.626,94	2.442.389,44
ECONOMIA TOTAL	R\$ 2.312.993,56	1.118.812,86
PORCENTAGEM	27,7%	33,30%

* Descontou-se de 2015 os valores do DER e SSP porque não estavam inclusos no ano de 2014.



Uma das medidas adotadas para cortar gastos foi a troca de frota de veículos das autoridades por **modelos populares**. Além disso, a frota foi **reduzida em 55%**

● EM 2014 FORAM GASTOS R\$ 17,4 milhões

● EM 2015 FORAM GASTOS R\$ 10,1 milhões

Em relação à redução de aluguel de veículos, a economia foi de R\$ 7,3 milhões em 2015, comparado ao mesmo período do ano passado. Foi de R\$ 17.478.463,57 em 2014 para R\$ 10.151.841,70 em 2015, uma queda de 42% em valor. Foram devolvidos um total de 701 veículos entre eles, 12 azeras e 6 fusions. Por ordem do Governador, todas as autoridades passaram a utilizar carros populares para enxugar os gastos com a máquina pública. A queda no quantitativo foi de 55%. Foi de 1275 em setembro de 2014 para 574 em dezembro de 2015.

REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Setembro de 2014	1275
Dezembro de 2015	574
Diferença	701

Outra redução de despesas feita pelo governo de Brasília foi com o aluguel de imóveis. A economia foi de cerca de R\$ 1,9 milhão por mês. Uma das medidas adotadas foi a transferência das secretarias de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, de Desenvolvimento Humano e Social e do Esporte e Lazer para o Mané Garrincha, além de remanejar parte das secretarias dentro do próprio Anexo do Buriti. A economia anual será de quase R\$ 23 milhões.

O governo de Brasília também reduziu a despesa com telefonia móvel. O decreto nº 36.843, de 27 de outubro de 2015, abre caminho para significativa redução de despesas com telefonia móvel e internet móvel no GDF ao viabilizar a contratação de uma única operadora para atender aos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. Dentre outras medidas, foram reduzidas as franquias mensais de telefonia móvel em aproximadamente 25%, bem como maior rigor para a concessão de acessos aos servidores. A até então Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização aderiu à Ata do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) e a previsão é de uma economia estimada de R\$ 17,5 milhões ao ano.

Subsecretaria de Licitações (Sulic)



Em 2015, investiu-se na elaboração de um novo modelo de compras. Os decretos nº 36.519 e 36.520 preveem a centralização, padronização e planejamento das compras e licitações do governo de Brasília levando em conta critérios de sustentabilidade e priorizando as micro e pequenas empresas. A preferência é por adquirir produtos e serviços que visem à economia no consumo de água e energia, a minimização da geração de resíduos, a redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa, entre outros. Além disso, busca a valorização e o fomento de produtos locais.

A intenção é reduzir custos desde o ato de compra até a manutenção e estoque dos itens licitados. A Ata de Registro de Preços funciona como um almoxarifado virtual, além de diminuir os custos com o estoque de produtos, não é necessário ter disponibilidade orçamentária, pois não há obrigação de compra por parte do governo. Neste método de compra, a entidade vencedora da licitação fica obrigada a manter o preço registrado pelo prazo acordado com o governo e as retiradas são realizadas de acordo com a necessidade dos órgãos da administração.

Um dos pontos fortes desta medida é o ganho de escala. Com quantitativos maiores e únicos, o valor final da compra é bem menor. A expectativa é que a centralização gere economia de insumos, tempo de serviço e demais gastos que englobam o processo licitatório.

A padronização dos bens e serviços é outra grande inovação no governo de Brasília. Hoje é possível encontrar diversas marcas e modelos diferentes do mesmo produto, em diferentes locais da administração, porque não existe um padrão, cada órgão faz a sua compra separada sem seguir uma norma. Com a compra de material e contratação de serviços padronizados, a manutenção fica mais barata e se ganha ainda em treinamento de pessoal, reposição e tempo.

Um estudo realizado pela subsecretaria apontou que a descentralização das compras no governo passado aumentou significativamente o custo médio das contratações. Em 2011 era em média inferior a R\$ 800 mil, atualmente, ultrapassa R\$ 1,2 milhão. Casos de sucesso como o do MPOG revelam que o novo modelo gera uma economia de 40 a 70% no valor final das contratações. Na última licitação para telefonia móvel, que hoje atende todo o Ministério, a redução da despesa chegou a 70% comparada ao que se gastava antes com esse serviço.

A medida implementada propiciou, em 2015, um valor estimado de compras e contratações da ordem de R\$ 183.718.629,50, o que corresponde a uma economia de 31,65% nas licitações

realizadas e de R\$72,7 milhões entre os valores estimados e contratados. Até o final de 2016, a estimativa é economizar aproximadamente R\$ 97 milhões em serviços e suprimentos, o que poderá render uma economia de R\$ 169 milhões em dois anos.

Foram homologados, até o momento, 82 processos licitatórios, sendo 63 de suprimentos e 19 de serviços. Em 2015, Micro e pequenas empresas venceram 97% dos itens licitados, o que representa 45% dos valores totais negociados, fomentando a participação de empresas de menor porte nas compras e contratações governamentais.

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Sutic)

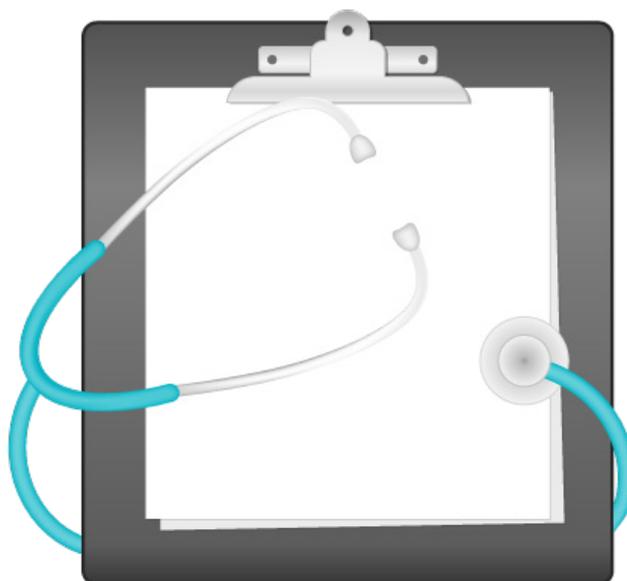
A Sutic investiu em solução de segurança da informação. Com um investimento de R\$ 6,5 milhões, a iniciativa reduziu drasticamente o tempo de resposta a ataques à rede GDFNet, além de proporcionar uma grande melhoria nas atividades de monitoramento da rede.

Entre as medidas implementadas estão: a expansão da GDFNet para o devido atendimento dos atuais serviços e o crescimento natural e planejado pelo governo; o aumento da capacidade de tráfego de dados da rede GDFnet e do CeTIC; a conectividade confiável de alto desempenho entre o CeTIC, GDFNet, unidades governamentais e demais usuários que acessam os sistemas e portais do GDF; aumento da capacidade de realizar ações preventivas mediante diagnóstico e monitoramento de segurança em tempo real no ambiente do CeTIC e rede GDFNet; armazenamento centralizado de eventos de segurança; capacidade para investigação forense para resposta pós-incidente; fornecimento de informações à justiça e autoridades policiais durante investigação criminal; a gestão de segurança centralizada evitando o desperdício de recursos humanos e tecnológicos do Datacenter Corporativos do GDF – CeTIC; a maior consciência situacional da segurança; e, por fim, uma maior capacidade para mitigação de riscos.

A Sutic buscou ainda o aprimoramento da rede da GDFNet e do Centro de Dados. A subsecretaria vem dando continuidade ações de manutenção e expansão da TIC Corporativa iniciadas em 2010, não medindo esforços para o funcionamento em regime 24x7 dos serviços prestados, com os objetivos de:

- Servir como principal ponto de concentração e unificação das informações pertencentes ao Governo do Distrito Federal e ao seu complexo administrativo.
- Armazenar os sistemas e serviços corporativos de TIC do GDF e do seu Complexo Administrativo para que esses tenham as suas informações e históricos armazenados em segurança e de forma apropriada, e em ambiente centralizado.
- Assegurar a operação dos sistemas e serviços corporativos de TIC que são instrumentos fundamentais para o funcionamento dos órgãos que compõem o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal.
- Disponibilizar o acesso aos sistemas e serviços corporativos de TIC através da rede metropolitana corporativa do GDF (GDFNet) da rede Internet, garantindo a segurança requerida às informações do Estado.
- Proteger a infraestrutura de tecnologia necessária para a operacionalização dos sistemas e serviços corporativos de TI entre os órgãos do GDF, links de comunicação e toda a tecnologia necessária para a efetiva prestação dos serviços a população do DF e aos órgãos que compõem o complexo administrativo do GDF.

Subsecretaria de Saúde (Subsaúde)



Em junho de 2015, a Subsaúde iniciou o processo de unificação da política pública da saúde ocupacional do servidor do DF por meio do decreto nº 36.561.

A medida prevê uma política integrada de programas que tratam da prevenção, recuperação e reabilitação física, psicológica, social e profissional de todos os servidores. Com a medida, cerca de 100 médicos e professores puderam retornar para suas atividades de origem, melhorando o quadro de profissionais em hospitais, escolas e outras áreas ligadas diretamente ao atendimento ao público. Além disso, essa unificação visa melhorar o sistema de perícias, torná-lo mais eficiente e dar mais transparência. A padronização do serviço de saúde ocupacional reduz substancialmente o número de atestados médicos. Quando implementada a política no Detran, por exemplo, a redução chegou a 37% nas licenças médicas de até 30 dias, caiu de 314 para 199 em um ano.

A expectativa é de que mais de 100 mil servidores ativos sejam atendidos nas novas instalações onde serão realizados cerca de 600 atendimentos/dia. O servidor pode contar ainda com visitas domiciliares de médicos em casos de imobilidade ou contenção física. O servidor também teve o horário de atendimento ampliado, que antes funcionava das 8h às 18h e agora das 7h às 22 horas de segunda a sexta-feira.

Um estudo feito entre 2011 e 2012 mostra que em torno de 48% dos servidores do governo de Brasília tiveram um ou mais afastamentos ao longo do ano. A duração média das licenças é de 14 dias/ano. Esses afastamentos custam aos cofres públicos, em média, R\$ 540 milhões/ano. No quadro geral, 56% dos atestados médicos apresentados são de servidores da educação e 29% da saúde. Ou seja, 85% dos afastamentos por motivo de doença vêm dessas duas áreas. A intenção é trabalhar na prevenção, adotando políticas para melhorar as condições de trabalho desses profissionais que atuam em áreas tão importantes para a população.

Apadronização dos serviços também está sendo feita e alguns procedimentos já foram modificados. Um exemplo é o trabalho de prevenção da organização do trabalho que prevê que todo servidor, ao solicitar sua perícia médica, deverá preencher sua guia de inspeção médica. Esse documento pode ser impresso pelo site e assinado pelo seu gestor que terá condições de organizar suas equipes de trabalho.

Acesse a íntegra do [Decreto nº 36.561, de 19 de junho de 2015](#).

Subsecretaria de Gestão de Pessoas (Sugep)

A Sugep atuou na redução de gastos com cargos comissionados de livre provimento (sem vínculo com o governo). O compromisso de campanha é de redução de 60% e deve ser atendida até 2019. Mesmo assim o governo já alcançou importantes resultados.

O total de cargos de confiança ocupados por servidores sem concurso já foi reduzido em 53,7%: o quantitativo passou de 8.635 em setembro do ano passado (período utilizado como base na campanha eleitoral) para 4.640 em novembro. A diferença de setembro de 2014 para novembro deste ano é de 4.618 cargos comissionados, com e sem vínculo. A economia gerada aos cofres públicos até novembro foi de mais de R\$ 143 milhões.

É importante ressaltar que mais de 70,2% dos cargos de confiança do governo de Brasília são ocupados por servidores concursados, o que reflete a busca pela valorização dos servidores efetivos.

Novas regras para cessão e requisição de servidores também foi uma meta conquistada. Com objetivo de recuperar o equilíbrio financeiro das contas públicas e se adequar aos limites de gastos com pessoal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo de Brasília publicou novas regras para a cessão de servidores. Segundo o decreto nº 36787, de 1º de outubro de 2015, as cessões já efetivadas deverão ser revistas de modo que o ônus passe a ser do órgão cessionário. Caso não haja interesse do órgão em ressarcir o ônus, ficará revogada a cessão do servidor. Além disso, servidores requisitados pelo DF que recebem mais que o teto de R\$ 30.471,00 serão devolvidos a suas entidades.

As novas regras valem para todos os servidores efetivos da administração direta e indireta do Distrito Federal cedidos a outro órgão ou entidade da União, dos Estados ou dos Municípios. As exceções são para os servidores que exercem Cargos de Natureza Política, Cargos de Natureza Especial símbolos CNE 1 e 2 e cessões decorrentes de termos de cooperação.

O governo de Brasília possui hoje 549 servidores cedidos para órgãos externos, desse total, 455 são com ônus e 94 sem ônus. Com a nova regra, as cessões já autorizadas devem ser revistas e o ônus passará agora a ser da entidade requisitada, do contrário a cessão fica revogada e o servidor deve se apresentar ao seu órgão de origem no dia seguinte a revogação da cessão. Caso o órgão deseje arcar com o ônus e manter a cessão, deverá enviar um requerimento à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão que realizará o pedido para o titular do órgão de lotação do profissional.

Outra mudança nas regras diz respeito aos servidores requisitados, ou seja, aqueles que vêm de outras entidades para atuar no governo de Brasília. Ao todo, são 1.130 servidores requisitados, sendo 214 com ônus e 916 sem ônus. Com a decisão, os requisitados que recebem remuneração mensal que exceda o valor do teto, R\$ 30.471,00, serão devolvidos a suas entidades. A medida se adequa ao procedimento já realizado no Governo Federal.

Escola de Governo

Com o objetivo de investir na qualificação dos servidores de Brasília e aprimorar o atendimento prestado ao cidadão, o governo de Brasília investiu na capacitação de servidores. Para se ter uma ideia, a Escola de Governo já capacitou mais de 8 mil servidores em 2015 com a realização de mais de 80 cursos em diversas áreas. Desse quantitativo, 70 foram presenciais e contaram com a participação de 5.178 servidores. Outros 9 cursos foram oferecidos na modalidade a distância e treinaram 2.046 servidores do Distrito Federal, mais 794 pessoas foram capacitadas em eventos presenciais abertos. Nos cursos a distância o aumento de servidores capacitados foi de 126% em relação a 2014 e de 147% nos cursos presenciais.



Subsecretaria de Gestão da Estratégia (Sugest)

O Decreto N° 36.236, de 1º de Janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo, atribuiu à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) a gestão de programas e projetos estratégicos de Governo. Para cuidar dessa atribuição, foi criada a Subsecretaria de Gestão da Estratégia (Sugest). A unidade ficou encarregada de acompanhar o trabalho dos assessores de gestão da estratégica e projetos (Ageps) e de desenvolver o sistema informatizado de gestão – o Gestão-DF.

A Sugest desempenhou suas atividades durante 10 meses. Neste período, realizou reuniões técnicas com o governador, secretários, gestores, Ageps e dirigentes de empresas públicas, que contribuíram para a construção do mapa estratégico do governo.

A unidade também auxiliou na realização do Programa Voz Ativa no Planejamento. A Sugest ofereceu apoio técnico na realização dos encontros e desenvolveu o formulário virtual que foi utilizado para recebimento de sugestões online pela Seplag. As sugestões foram consolidadas e analisadas pela área técnica e serviram de subsídio para a elaboração dos programas do Plano Plurianual (PPA 2016-2019).



Como unidade de gestão estratégica, a Sugest auxiliou a Secretaria a promover uma inovação dentro do processo do planejamento governamental. Com as reuniões e treinamentos realizados, buscou-se alinhar o que estava previsto no mapa estratégico com o PPA que estava em elaboração.



Com a nova dinâmica adotada para o PPA 2016-2019, cada projeto estratégico foi contemplado com uma ou mais ações orçamentárias. Tais ações integram o PPA 2016-2019 e o Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), que é o sistema de elaboração e de acompanhamento da execução orçamentária do governo de Brasília.

Rede de gestão:

Para dar suporte à análise, à avaliação e ao monitoramento dos programas e projetos estratégicos que integram o PPA 2016-2019, o governo de Brasília criou uma rede de gestão. Essa rede é formada por uma central de monitoramento das ações, um sistema informatizado de gestão (o Gestão-DF) e uma equipe de assessores de gestão da estratégica e projetos (Ageps) que está distribuída em cada unidade orçamentária. Os Ageps são responsáveis por alimentar o Gestão-DF e fazer o acompanhamento das ações na sua base (secretarias, empresas públicas e administrações regionais).

Com essa rede de gestão e o acompanhamento orçamentário, o DF buscou dar mais efetividade à implementação das políticas públicas e dos projetos estratégicos do governo.

Mapa estratégico e prioridades:

Após diversos encontros e reuniões estratégicos que envolviam governador, além do primeiro e segundo escalão do governo, chegou-se a um consenso sobre quais seriam os eixos temáticos ou as perspectivas para os próximos quatro anos. Os eixos compreendem a melhoria da qualidade de vida da população; a competitividade da economia; a estruturação e o planejamento do território; a união por Brasília; e a transparência e os resultados da gestão pública.

As cinco perspectivas que integram o plano estratégico foram divididas em 17 objetivos estratégicos, que se desdobram em doze programas temáticos, que por sua vez formam um conjunto de projetos estratégicos. A partir dessa estrutura, o governo criou seus indicadores e estipulou o conjunto de metas que são acompanhadas diariamente pela equipe de monitoramento formada pelos Ageps.

Colaboração da população:

Além de incluir as prioridades do plano estratégico no próximo PPA, o governo também inovou na maneira de colher as sugestões da população. Criou o programa Voz Ativa no Planejamento. Em vez de uma única audiência pública presencial, realizou-se quatro atividades mais dinâmicas e interativas em diferentes regiões do Distrito Federal. Foram realizadas audiências públicas presenciais em Samambaia, Sobradinho II, Gama e Plano Piloto. Esses encontros resultaram em 770 colaborações da sociedade, todas ouvidas e avaliadas, e que serviram de base para a formulação do PPA 2016-2019. a Estratégia (Sage). A unidade absorveu as atribuições da Sugest, ganhou uma unidade de inteligência e ficou vinculada à estrutura do gabinete da Secretaria.

